

A Oposição Veio para Ficar

Fernando Balthazar de Lima

Apesar dos carros, aviões, telefones celulares e todo o aparato da campanha da Frelimo, nestas eleições, Dhlakama ficou muito próximo de Chissano. Constitucionalmente, este é o último mandato do actual Presidente. Em futuras eleições, dificilmente a Frelimo conseguirá encontrar outro candidato que derrote o líder da Renamo.

A desproporcionalidade de meios acabou por penalizar a Frelimo, pois muitos populares sentiram-se "chocados" com as enormes comitivas de veículos todo o terreno que acompanhavam Chissano.

Joaquim Chissano e a Frelimo continuam a ser poder em Moçambique mas os resultados eleitorais da oposição são mais do que um sério aviso aos protagonistas da governação desde 1975. Afonso Dhlakama, desqualificado por todos os quadrantes como opositor sério ao estadista Chissano, cresceu quase meio milhão de votos em relação ao escrutínio de 1994, quedando-se a quatro pontos percentuais (200 mil votos) de um dos mais credenciados líderes africanos.

Ao contrário de 1994, foi a Frelimo que segurou Chissano ao alargar a sua presença no Parlamento (mais quatro lugares), mas a Renamo, coligada com 10 pequenas formações políticas, não conseguiu acompanhar a performance de Dhlakama, mesmo ganhando mais cinco deputados. As perdas em Nampula e em Sofala, tradicionais bastiões da Renamo, e a incapacidade de fazer progressos em Gaza, o bastião "inexpugnável" da Frelimo, acabaram por ditar a derrota da oposição.

As dez pequenas formações coligadas à Renamo, aparentemente, só conseguiram trazer mais-valias na cidade de Maputo e na Zambézia, não logrando travar a dispersão de votos noutros partidos que somaram nacionalmente 12,7 por cento do escrutínio (522 799 votos que não elegeram qualquer deputado). Em termos estritamente aritméticos, o voto na oposição continuou a ser maioritário, tal como já tinha acontecido em 1994, mas não chegou para traduzir uma maioria parlamentar, escrutinada pelo sistema de representação proporcional.

O triste protagonismo da CNE

Para além de partidos e políticos, as eleições trouxeram à ribalta o protagonismo da Comissão Nacional de Eleições (CNE) e do Tribunal Supremo (TS), chamado a dirimir o processo de impugnação eleitoral interposto pela Renamo.

Tal como aconteceu durante as eleições autárquicas, a CNE arrastou penosamente a divulgação dos resultados, descredibilizando o trabalho dos órgãos técnicos sob sua jurisdição e criando, durante alguns dias, um clima de tensão e suspeição que afecta a imagem do país.

O TS andou bem na argumentação jurídica contraposta ao tosco documento preparado pelos juristas afectos à Renamo, mas decidiu "actuar politicamente" ao recusar a recontagem de votos referentes a 1077 editais (um universo de 400 mil eleitores) que foram excluídos pela CNE devido a erros no seu preenchimento (a cargo de funcionários formados pela CNE). O TS julgou liminarmente esta questão, considerando que a recontagem não iria alterar os vencedores das eleições, nem a

alocação de lugares no Parlamento.

Andou mal a CNE ao boicotar a contagem paralela proposta pela fundação do antigo Presidente norte-americano James Carter, mas a Renamo não pode deixar de se queixar das suas próprias fragilidades ao não ter demonstrado capacidade para organizar a sua própria máquina de contabilidade eleitoral, capaz de providenciar com transparência cifras comparativas dos números oficiais.

Em defesa da CNE, o órgão eleitoral acabou por ser vítima da legislação que politiza excessivamente quer a Comissão, quer o secretariado técnico. É extremamente difícil escrutinar resultados e cumprir prazos quando cada técnico nomeado resolve vestir as cores partidárias de quem o indigitou.

Meios e resultados

O preto no branco dos números não afasta outras constatações, a começar pela desproporcionalidade de meios para as campanhas eleitorais. A CNE colocou-se, mais uma vez, no centro da controvérsia ao disponibilizar fundos para os partidos (parte dos quais entregues pela comunidade internacional) quando a campanha eleitoral já tinha começado.

E se é verdade que não pode fazer-se política à sombra dos fundos de Estado (como demonstrou toda a oposição sem excepção), não é menos verdade que a Frelimo beneficiou largamente das conviências do aparelho de Estado e do novel sector privado, formado em grande parte do espólio estatal vendido em condições de favor a quadros e militantes da Frelimo. Foram reportadas, entre outras, a utilização de meios de transporte e combustível do Estado, tolerâncias de ponto forçadas e favoritismo dos media do sector público.

A desproporcionalidade de meios acabou, em última análise, por penalizar a Frelimo, pois muitos populares sentiram-se "chocados" com as enormes comitivas de veículos todo o terreno que acompanhavam Chissano, os aviões e helicópteros disponíveis para viagens aos distritos do interior e os montantes em despesas de hotéis em regiões que, raramente, recebem governantes. Nas situações que se tornaram anedotário nacional, foi notada a utilização ostensiva de telefones celulares pelos quadros da Frelimo, apesar de a rede cobrir apenas um raio de 250 quilómetros a partir de Maputo e o uso de água mineral engarrafada para lavar as mãos.

Em contrapartida, acabou por funcionar pela positiva a imagem "underdog" de Dhlakama, na parte de trás de um camião que pegava de empurrão por falta de recursos alternativos e o comício ao "lusco-fusco", com muitas horas de atraso, por avaria do avião fretado pela Renamo.

Contas feitas, a Frelimo continua a não seduzir o eleitorado Centro-Norte, especialmente a faixa camponesa, mas são significativos os avanços nos meios urbanos (mesmo nas áreas tradicionais da Renamo), onde há administração do Estado, onde há escola e posto de saúde, onde chegam os jornais oficiosos, a rádio e televisão públicas.

Os sucessos macro-económicos que tornaram Moçambique um país na moda ainda não chegaram ao campo. Um repórter que acompanhou as duas campanhas salienta diferenças de forma e conteúdo nas mensagens dos líderes. "Chissano falava de crescimento económico a dois dígitos, Dhlakama dizia que se ele ganhasse a população passava a comer peixe de primeira ... está claro que a população não sabe, nem come os dois dígitos". Talvez por isso, as três faces mais visíveis do programa de ajustamento estrutural foram afastadas dos seus postos

governamentais: Tomás Salomão deixou a ribalta das Finanças para os Transportes, os titulares da Indústria e Comércio e da Administração Estatal não foram, sequer, reconduzidos.

A complementar a gestão e desgaste do programa económico há a complexidade a médio prazo da sucessão de Chissano à frente do regime semi-presidencialista moçambicano. Constitucionalmente, este é o seu último mandato. Com as assimetrias étnicas e regionais que o último escrutínio mais uma vez salientou, dificilmente um novo candidato da Frelimo poderá enfrentar Dhlakama com sucesso.

A Dhlakama basta-lhe insistir no populismo deita abaixo. Para a Frelimo, a governação é uma espada de dois gumes. E o cenário será certamente mais complicado se o país real continuar sem comer os dois dígitos das estatísticas do FMI.